

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

Ordem de trabalhos

No dia 13 de abril de 2022 reuniu em modo presencial e com recurso a meios telemáticos, pela aplicação *Microsoft Teams*, o Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O CNS foi criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto na Base VII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata
2. Informações
3. Discussão final e aprovação do Relatório: "A pandemia de COVID-19: desafios para a saúde dos portugueses"
4. Outros Assuntos

Assuntos discutidos

Após ser confirmada a existência de *quórum*, e ao abrigo do Art.29.º, com as alterações no diploma [Lei n.º 72/2020, de 16/11](#) do Código do Procedimento Administrativo, foi dado início à reunião plenária.

Henrique Barros começou por agradecer a todos os presentes bem como àqueles que não puderam estar fisicamente e que seguiram *online*. Solicitou a todos os presentes que na primeira intervenção se identificassem para facilitar a transcrição da ata.

Agradeceu uma vez mais a Sofia Inácio por estar pela primeira vez, de forma presencial, e aceitar o desafio de ajudar o CNS com a preparação de todas as atividades, bem como por aquilo que já fez desde a sua integração.

1. Aprovação da Ata

Henrique Barros questionou se algum dos Conselheiros teria alguma objeção relativamente à ata e se a mesma poderia ser considerada aprovada, após as alterações sugeridas. Sem objeções, a Ata nº 1/2022 ficou aprovada por todos os conselheiros.

Sofia Inácio informou que por forma a atualizar o site do CNS, na seção "Sobre Nós", seria importante que os Conselheiros e Peritos fornecessem informação atualizada, juntamente com uma fotografia, para o endereço de correio eletrónico interno do CNS.

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

2. Informações

Henrique Barros por forma a organizar as agendas pessoais, sugeriu que fossem marcadas pelo menos quatro reuniões plenárias até ao final do ano, não impedindo a marcação de outras reuniões sectoriais, e questionou se as mesmas, poderiam passar a ser às quartas-feiras, por dificuldade de agenda da Vice-Presidente do CNS. Sem objecção, as reuniões ficaram marcadas para os dias 25 de maio, 27 de julho, 21 de setembro e 9 de novembro, mantendo o horário do período da manhã.

Deu nota que, ainda durante o mês de maio iria, muito provavelmente decorrer a apresentação do relatório sobre a pandemia na Assembleia da República.

Henrique Barros abordou a questão do Plano Nacional de Saúde, que foi colocado na semana anterior em discussão pública. Por ser um documento bastante extenso e sobre o qual o CNS se pronunciou, seria importante o CNS se organizar para fazer um texto com a tomada de posição, de preferência até à data da próxima reunião plenária.

No que diz respeito ao relatório: "A pandemia de COVID-19: desafios para a saúde dos portugueses", informou que o mesmo se encontra numa fase muito próxima de ser fechada, no entanto, foi dado conta de uma situação, e que diz respeito ao papel das estruturas laboratoriais privadas em todo o sistema das diferentes formas de testes durante a pandemia.

Abordou ainda a questão da utilização das máscaras nas crianças. Temática que poderia ser colocada no relatório, ou como uma das recomendações ou de uma forma mais sublinhada no texto e no sumário.

Ana Nunes de Almeida iniciou a sua intervenção a referir que a questão da utilização das máscaras nas crianças a deixou numa posição bastante desconfortável enquanto Vice-Presidente do CNS, especialmente pela forma como a Direção-Geral da Saúde tem tratado as crianças e os jovens ao longo da Pandemia.

Referiu ter tido a informação que as crianças vão continuar a ser obrigadas a usar máscaras nas escolas, quando existem considerações científicas, constatações e evidência do peso negativo que esta decisão teve, tem e terá no desenvolvimento psicoemocional das crianças, acrescentando ainda, o problema da relação pedagógica entre professores e alunos ou mesmo entre educadores e crianças, e que parece se tratar de uma medida discricionária sem fundamento científico.

Deu nota que, comparativamente com os países europeus, Portugal, como refere o relatório, foi dos países que durante mais tempo fechou as escolas, para todos os níveis de idade, e que esta obsessão das máscaras nas crianças terá um peso enorme e com efeitos devastadores no seu desenvolvimento e futuro.

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

Assim, por o CNS ser um órgão independente e que aconselha o governo, considera que terá de tomar uma posição pública sobre esta medida e pedir explicações à DGS para esta medida incompreensível e intolerável.

Henrique Barros acrescentou que não existe nenhuma evidência científica de que as escolas sejam um lugar particularmente relevante para a transmissão da doença, pelo contrário, a evidência dá conta que as escolas são os locais mais protegidos e onde existe menos infeção e, portanto, não faz sentido, muito menos ao fim de dois anos de pandemia, as crianças continuarem a usar a máscara.

Miguel Oliveira da Silva informou que está totalmente de acordo com a veemência daquilo que foi dito, pelo facto do CNS não dispor de dados baseados pela ciência.

Margarida Cruz aproveitou para dar nota que no relatório deveria constar uma posição pública relativamente a esta matéria, pela sua importância.

Luís Oliveira referiu não concordar com o uso das máscaras, pelas crianças, nas escolas, por todos os fatores anunciados e no seu entender, passaria por serem reunidas algumas evidências científicas e depois com base nisso ser tomada a posição pública.

Arsinete Saraiva concordou a 100% pelo que foi dito por Ana Nunes de Almeida e deu nota da sua preocupação pela discriminação existente em algumas escolas privadas/particulares, por as crianças não usarem máscaras e que o CNS deveria tomar uma posição pública sobre esta matéria.

Joaquim Brites referiu estar igualmente de acordo com a posição e que deveria ser tornada pública. Aproveitou para acrescentar a sua preocupação pelo facto de crianças com patologias respiratórias e neuromusculares terem de andar de máscara.

Miguel Ricou concordou com a proposta apresentada e que deverá ser feita rapidamente, baseando-se em dimensões que possam ser minimamente objetiváveis, para não ser mais uma opinião. Quanto à questão da evidência científica associada às vantagens ou desvantagens com o uso da máscara, referiu que apesar de não ser a sua área, concorda que deveria o CNS ter informação, o mais possível documentado do que possa existir.

Humberto Martins referiu que nesta sequência, o CNS deveria ter uma posição não só através do relatório, que apresenta vários tons e que ganharia mais com uma posição mais incisiva e fundamentada.

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

Miguel Ricou face ao que foi dito, alegou ainda a hipótese do princípio da proporcionalidade das medidas em relação aos ganhos e benefício.

Henrique Barros referiu que esta informação deve constar no relatório uma vez que pode abrir precedentes para as infeções respiratórias no futuro.

Na opinião de **Dário Ligeiro**, se o CNS tem de emitir um parecer sobre as medidas nas escolas, deve fazer uma análise de todas aquelas que estão em vigor. Como o facto das aulas serem, obrigatoriamente, lecionadas com as janelas abertas, em pleno inverno, bem como os intervalos terem de ser desfasados entre turmas, o que impede a socialização das crianças. A utilização das máscaras acaba por ser só uma das medidas que realmente impede o normal funcionamento das próprias medidas de conforto que devem existir dentro de uma sala de aula.

Herberto Jesus concordou com tudo o que foi dito pelo Vice-Presidente do CNS e pelos restantes Conselheiros, bem como a necessidade de mudar o *mindset* do que é a realidade. E uma vez que a situação não pode ser considerada normal, o CNS deve reunir as opiniões científicas que estão, acima de tudo, com uma certa diplomacia. Terminou a referir que a questão mais importante passa por aumentar a literacia em Portugal e não a utilização de máscaras.

Ana Nunes de Almeida apresentou a proposta de constar no relatório para memória futura, um parágrafo a fazer nota que o CNS não considera que a utilização da máscara, no inverno seja uma situação normal.

Referiu ainda que o CNS deveria fazer um comunicado público, o quanto antes, sobre a utilização das máscaras, pelo que deve interrogar à Diretora-Geral da Saúde sobre quais os fundamentos científicos em que se baseou para ter tomado essa decisão, uma vez que o CNS não os conhece e pretende conhecer, estando na agenda pública, os riscos, as implicações negativas, que o uso da máscara tem, pode vir a ter sobre as crianças no seu desenvolvimento cognitivo e escolar.

Serafim Rebelo referiu não concordar com a abordagem, no sentido em que a questão ao ser tornada pública pode ser considerado um mau relacionamento interinstitucional.

Luís Oliveira, na sua opinião, referiu que numa primeira fase, deve o CNS fazer a questão entre órgãos institucionais, o mais rapidamente possível, e paralelamente reunir informação de evidências científicas que estejam acessíveis. No caso de não existir uma resposta, em tempo adequado, fazer a questão publicamente.

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

Joaquim Brites propôs que fosse feito um comunicado público do próprio órgão consultivo, não fazendo a pergunta diretamente, que perante a afirmação da DGS, não dispõe o CNS de quais foram as evidências científicas sobre a utilização das máscaras.

Margarida Cruz alertou para a questão a ser discutida, que está relacionada com uma recomendação que já foi feita para que no 3º período escolar, as crianças não utilizassem máscaras. É necessário verificar a questão da eficácia *versus* sustentação do CNS. Assim, reitera a importância do CNS ser rápido e tomar uma posição de procurar evidências científicas.

Rubina Correia para além de concordar com o que foi dito pelo CNS, sobre o qual deve agir rapidamente, sugere que se contacte numa primeira instância a Doutora Graça Feitas, antes de ser formalizado o pedido por escrito, por forma a apelar à sua boa compreensão, pois poderiam repensar sem grande alarido esta questão, e que tem repercussões para a sociedade.

Arsinete Saraiva propôs que a questão fosse feita por escrito e com uma data de resposta, e que o contacto telefónico poderia ser feito à *posteriori* para complementar o que foi escrito.

Henrique Barros fez ponto da situação, no qual a Diretora-Geral da Saúde deve ser informada que esta é uma temática sobre a qual o CNS está preocupado e que fossem fornecidas evidências, por escrito, e bem fundamentadas, sobre esta medida, bem como que o CNS está em desacordo com esta medida.

Alfredo Monteiro referiu que enquanto autarca, as autarquias portuguesas estiveram desde o início no terreno, com um papel importante e fundamental tanto na implementação das primeiras medidas como na vacinação e que a problemática das escolas é um assunto que se mantém, assim como a questão que se levanta, sobre a forma como se pode recuperar o tempo perdido no que diz respeito à educação. Alertou ainda o aspeto quanto à falta de comunicação com a população ao longo da pandemia.

Não considera que seja um confronto institucional entre os órgãos da Administração Pública e a DGS, pelo que concorda com a intervenção do CNS, e que em termos de responsabilidade da comunicação e orientações em saúde e neste caso concreto as medidas da pandemia e as questões que devem de ser colocadas e explicadas.

Na opinião de **Luis Oliveira**, o CNS deve agir rapidamente, e que numa primeira fase não deve existir a posição de confronto com a questão e uma vez que o terceiro período letivo está prestes a iniciar, o CNS deveria definir um prazo sobre esta problemática, e se de facto não existir uma resposta que vá de encontro ao que são as expectativas do CNS, fazer o comunicado.

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

José Fragata concordou com a posição a ser tomada pelo CNS. Deu ainda nota que o impacto que a doença tem sobre a saúde é muito menor, pelo que se encontram menos doentes internados nas unidades de cuidados intensivos.

Henrique Barros referiu que a questão que está a ser discutida, é a problemática do uso de máscara pelas crianças nas escolas, o impacto disso quanto à aprendizagem, onde a evidência que existe é que é um dos sítios onde menos se infecta objetivamente, pelo que o CNS vê com muita apreensão a possibilidade de serem mantidas as máscaras, não existindo nem identificando as evidências científicas nesse sentido.

Serafim Rebelo concordou com a intervenção, tendo em conta a evolução científica da situação atual.

Henrique Barros informou que após a concordância de todos, será feito um comunicado curto e incisivo com a posição do CNS. Sendo que a ideia passa por dizer que, por Portugal se encontrar numa fase de transição da pandemia, e que apesar de existirem um conjunto de medidas que já foram alteradas noutros países menos em Portugal, inclusivamente que a cobertura vacinal em Portugal é maior, é preocupação do CNS que se insista na utilização das máscaras nas crianças em meio escolar.

Uma vez que não existem evidências científicas que no meio escolar seja o local com mais infeção, nem que daí circule para a comunidade, os estudos indicam o contrário. São reconhecidos, e têm sido referenciados os problemas não só do curto prazo, da natureza psicossocial, aprendizagem, entre outros. Posto isto, o CNS, como tal, na ausência de melhores informações que são aquelas que dispõe, reitera a sua preocupação na insistência na utilização da máscara pelas crianças.

3. Discussão final e aprovação do Relatório: "A pandemia de COVID-19: desafios para a saúde dos portugueses"

Henrique Barros deu início à discussão mais genérica do relatório.

Miguel Oliveira e Silva referiu que no capítulo 2.5, das páginas 19, 20 e 21, os dados poderiam ser mais atualizados e melhorados, e que seria importante complementar a informação com o alerta de que os números do consórcio português de dados obstétricos são limitados. O sistema informático utilizado nos hospitais públicos, *ObsCare*, não é o mesmo que é utilizado nos hospitais privados. É um consórcio com muito mérito, mas não tem dados ao nível nacional.

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

Joaquim Brites abordou a questão da reabilitação, em que seria importante constar a informação que muitos cuidadores tiveram que permanecer em casa durante os dois anos em que os seus filhos, portadores de deficiência, maiores de 12 anos, alguns deles a trabalhar, não tinham perspetiva legal para fazer respetiva baixa por acompanhamento, sendo que alguns perderam o emprego e outros não puderam voltar, porque os seus filhos ainda permanecem em casa em regime de teletrabalho.

Alertou para o facto, que já existiu discussão à volta do estatuto do cuidador, da sua aplicabilidade, mas sem abordagens concretas relativamente a algumas dificuldades existentes, principalmente ao longo da pandemia.

Henrique Barros questionou aos conselheiros se consideravam que o relatório estaria balanceado e relevante.

Rubina Correia referiu que considera que o relatório para além de relevante está balanceado e aproveitou para questionar o que é pretendido com o referido relatório, pois se o que se quer é que seja um documento que fique para a posterioridade, e que se analise tudo o que se passou, acredita que falta uma parte do contexto, ou seja, falta introduzir a parte inicial, do medo que se viveu, da falta de equipamentos de proteção individual, da falta de preparação para esta pandemia, sendo informação importante para se analisar todos os processos, as decisões tomadas numa fase inicial, e que não puderam ser de outra forma eventualmente. Desta forma, serviria para recomendações para o futuro, e estratégias, de tudo o que não existiu e que fez com que tivessem sido tomados algumas decisões, se se tivesse maior capacidade ou maior preparação, para um melhor atendimento à sociedade e não só nas questões da saúde.

Referiu que na página 21 do relatório, poderá ter existido alguma desformatação dos dados da mortalidade numa das figuras/gráfico da região do Algarve.

Já na página 50 é abordada a quebra de consultas médicas, mas não faz referência às consultas das restantes classes profissionais. Assim, sugeriu que fosse colocada uma frase mais genérica.

Na página 43, referiu que é feita referência “a Ordem dos Psicólogos tantas vezes disse”, no entanto, dado que várias ordens fizeram ressalvas, deveria ser alterada esta frase.

Em relação às medidas para o futuro, no ponto 4, dos 19 programas prioritários do Plano Nacional de Saúde, da DGS, referiu que talvez fosse importante o CNS se focar apenas em dois ou três programas, e que existisse efetivamente um investimento em prevenção e promoção em saúde.

Para terminar, referiu que é notório que o SNS está a ficar desprovido de mão de obra altamente diferenciada, e no ponto 5, “robustecer o SNS”, os dados não são claros, quando se fala de recursos humanos. Deve ficar claro da necessidade de retenção dos profissionais de saúde no SNS.

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

José Fragata referiu que a forma como o SNS tem gerido as contratações e retenção de recursos humanos é considerado um problema grave e que só este ano mais de 700 vagas ficaram por preencher. O SNS está a perder profissionais não só para o estrangeiro como para o sector privado da saúde. Face a esta questão, o relatório ficaria incompleto se não tivesse uma menção sobre esta temática e pelo qual deverá ser tomada em consideração.

Humberto Martins constatou que é notório que o relatório foi feito por várias pessoas, pois os tons com que são escritos são diferentes, numas partes mais descritivas e noutras mais emocionais, pelo que seria importante fazer uma revisão do mesmo para que se tornasse mais harmonioso.

Luis Oliveira referiu ter dado conta de algumas gralhas, pelo que fará chegar por escrito essa informação. Concordou com o que foi dito em relação à harmonização do relatório, sendo fundamental para ser tornar mais fluído, balanceado e com uma linguagem mais pragmática.

Alertou ainda que seria importante constar no relatório, a falta de acesso a dados clínicos dentro do próprio estado, pelo SNS, como por exemplo um médico de um Centro de Saúde não conseguir ter acesso à informação clínica de uma Unidade Hospitalar, o que gera uma entropia em termos de trabalho.

Ressalvou ainda a importância de ficar evidenciado no relatório, não só o número de suicídios, que Miguel Ricou referenciou, do para-suicídio, do consumo dos antipsicóticos, bem como da sobrecarga da família, dos cuidadores no âmbito da área da prestação de cuidados da saúde mental.

Joaquim Brites questionou ao CNS se os Relatórios de Atividades e o mais descritivo serão integrados, uma vez que faria sentido ficar tudo junto. Deu ainda nota, que não localizou no relatório, qualquer informação relativamente à falta de preparação dos auxiliares dos lares, local onde se verificou uma grande dificuldade de acompanhar as pessoas idosas. Desta forma, sugeriu que deveria constar no relatório a necessidade urgente em formação na área da geriatria.

Henrique Barros respondeu que com a discussão existente com as universidades e os dinheiros dos PRR, uma série de consórcios, sobretudo de Politécnicos, propuseram vários lugares de formação nessas áreas.

Rubina Correia ressaltou que quanto a esta matéria, seria importante o CNS ter algumas considerações.

Alfredo Monteiro alertou para a importância do relatório, investimento importante, para ser visto como um instrumento em relação à pandemia, do que foram os impactos e problemas, que em termos de saúde são de uma enorme importância, pela qual a pandemia evidenciou.

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

Deu nota de algumas problemáticas como por exemplo que cerca de 1 milhão de cidadãos se encontra sem médico de família. Em relação aos lares, que têm uma resposta que não é do estado, com funções que são do estado, com as dificuldades existentes foram agravadas com a pandemia. Já a sustentabilidade das unidades de cuidados continuados integrados (UCCI), mais uma área que é da responsabilidade do estado, que não assume diretamente, e que é feito através de Instituições Sociais, de misericórdias, IPSS em todo o país. Já o PRR tem o levantamento da necessidade de 5.000 camas nas UCCI em Portugal.

No que se refere à introdução, a pandemia evidenciou as dificuldades do sistema no SNS, quanto às suas condições. Existiu um enorme esforço por todos, fossem profissionais de saúde, instituições, câmaras municipais entre outros.

Referiu ainda que no quadro legal, desde o dia 1 de abril, foi dado início à transferência de competências para os municípios, na área da saúde, a gestão das unidades de saúde em Portugal, quer dos assistentes operacionais, quer de funcionamento ou do equipamento no seu conjunto, e apenas 38 municípios em Portugal tiveram condições para assinar os autos de transferência. Neste contexto, deveria constar no relatório um quadro/referência, em relação à intervenção do SNS com as Autarquias locais, aos municípios, às IPSS, aos Bombeiros entre outros.

Para terminar, demonstrou a necessidade de ficar registado na conclusão, a necessidade que existe em ser aumentado o investimento nos cuidados de saúde primários, e ser considerado um elemento fundamental do SNS.

Miguel Ricou na sua intervenção referiu que a parte das recomendações para o futuro, se tornou menos incisiva e a questão da perceção de risco deveria de permanecer, no entanto, poderia ser incluído no ponto 3.

Acrescentou que falta o investimento nos riscos psicossociais ao nível do trabalho, no que diz respeito à promoção de locais saudáveis, e que são questões importantes e pouco trabalhadas em Portugal.

Quanto à temática dos cuidados de saúde primários, sendo identificado já como sendo um problema central, acrescentou que deve existir um maior investimento.

Abordou ainda a questão da literacia, que deve estar muito bem sublinhada, ao nível da prevenção, e deveria constar na parte final. Fez ainda referência à questão apresentada na pág. 46, sobre ver aumentada a informação que chega à população.

Lamentou o facto de não existirem dados sobre o número de profissionais psicólogos no ativo, assim, e desta forma, desconhece-se dados sobre as consultas realizadas ou pendentes, pelo que sugeriu que deveria constar no relatório a necessidade desta informação para que sejam levantados e trabalhados.

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

Rubina Correia alertou que os dados existem, apenas terão de ser solicitados formalmente à Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS).

Joaquim Brites alertou para o facto de que nos relatórios, quando se fala nas projeções, falha a recomendação relativamente à interligação entre Ministérios. E fazendo referência ao que disse Alfredo Monteiro, pelo facto dos municípios apoiarem as IPSS, instalações de lares, entre outros, verificar o que é na realidade financiado pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social ou pelo Ministério da Saúde.

Deu ainda nota que, o financiamento do terceiro sector terá de ser reforçado, muito pela descapitalização do Ministério da Saúde, ou então por recapitalização da necessária ação em saúde que os dois Ministérios vão ter de ter em conjunto. Deu ainda o exemplo, da reabilitação, onde existe a dúvida se é da área da saúde ou da segurança social.

Quanto à parte final, que tem sido abordada, **Isabel Magalhães** acrescentou a importância do Ministério da Saúde se centrar naquilo que é a saúde e não ter apenas a perspetiva atual que é o Ministério da Doença, uma vez que tem demonstrado estar muito centrado naquilo que é a doença, principalmente quanto ao envelhecimento e no aumento exponencial de todas as necessidades. Caso existisse um investimento na saúde, na prevenção e na capacitação dos cidadãos, muitas das doenças teriam sido evitáveis.

Henrique Barros encerrou a reunião com a indicação de que o documento estará pronto até ao próximo dia 19 de maio.

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

Membros do Conselho presentes nesta reunião:

Presidente CNS - Henrique Barros

Vice-Presidente CNS - Ana Nunes de Almeida

Representantes dos utentes

- Associação Acreditar - Margarida Cruz
- ADEB - Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares - Luís Oliveira
- ANAVAC – Associação Nacional AVC – Diogo Valadas Ponte
- APN – Associação Portuguesa de Neuromusculares - Joaquim Brites
- PULMONALE – Associação Portuguesa de Luta contra o Cancro do Pulmão - Isabel Magalhães (*online*)
- ANDAR – Associação Nacional de Doentes com Artrite Reumatoide - Arsisete Saraiva

Ordens Profissionais

- Ordem dos Biólogos - Dário José Ligeiro
- Ordem dos Enfermeiros - Serafim Rebelo
- Ordem dos Farmacêuticos - Luís Lourenço
- Ordem dos Médicos - Rubina Correia
- Ordem dos Médicos Dentistas – Miguel Pavão (*online*)
- Ordem dos Nutricionistas – Tânia Cordeiro (*online*)
- Ordem dos Psicólogos - Miguel Ricou

Autarquias

- ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses – Alfredo Monteiro
- ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias - Jorge Manuel Veloso

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

- José Fragata

Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

- Ana Ferreira

Região Autónoma dos Açores

- Eduardo M. M. Azevedo

Região Autónoma da Madeira

- Herberto Teixeira de Jesus

Comissão Permanente de Concertação Social

- ANF - Associação Nacional das Farmácias - Humberto Martins

Peritos

- Teresa Leão
- Inês Fronteira
- José Carlos Gomes
- Gonçalo Figueiredo Augusto

Apoio Técnico - Sofia Inácio - Secretaria-Geral do Ministério da Saúde

Local: Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

Data: 13 de abril de 2022

Hora início/fim: 10h30 – 13h00

Próxima Reunião

Local: Presencial (local a definir)

Data: 25 de maio de 2022

Hora início/fim: 10H30 – 13H00

Aprovação da Ata

Ata aprovada por unanimidade pelos membros presentes, na reunião plenária de 25 de maio de 2022.